



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOGAMARA M

Estado de São Paulo Poder Legislativo

Praça Marechal Deodoro, 26. - Centro - Mococa - São Paulo Tel.: (19) 3656-0002 www.mococa.sp.leg.br

CAMARA MUNICIPAL
MOCOCA
PROTOCOLO
NÚMERO DATA RÚBRICA
0583 10.04.18

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 002/2018

O Vereador que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos da Lei Orgânica Municipal e do artigo 212, §1°, II do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2018.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimir o inciso VI do artigo 6º do Projeto de Lei Complementar nº 002/2018 que dispõe sobre a regularização de loteamento fechado com acesso controlado no Município de Mococa e dá outras providências.

JUSTIFICATIVA:

O texto do inciso VI do artigo 6º do Projeto de Lei Complementar encaminhado pelo Sr. Prefeito Municipal à Câmara de Vereadores, possui a seguinte redação:

VI – manutenção e conservação da rede de iluminação pública que seja da responsabilidade da Prefeitura de Mococa.

Fls. n° 02 Proc. 189 / 2018



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

Estado de São Paulo Poder Legislativo

Praça Marechal Deodoro, 26. - Centro - Mococa - São Paulo Tel.: (19) 3656-0002 www.mococa.sp.leg.br

Ora, com a aprovação da Lei Complementar nº 499, de 15 de dezembro de 2017, que criou a Contribuição para Iluminação Pública no Município de Mococa, obrigando os proprietários de imóveis a efetuarem o pagamento do tributo para a manutenção da iluminação pública, como dispõe seu artigo parágrafo único, do artigo 1º:

"Parágrafo Único. O serviço previsto no caput deste artigo compreende o consumo de energia elétrica destinado à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, incluindo praças, jardins, monumentos e assemelhados, bem como a instalação, manutenção, melhoramentos, eficientização, expansão e administração dos serviços e da rede de iluminação pública do Município".

E, como se sabe, as vias internas dos loteamentos fechados com acesso controlado, continuam a ser públicas, razão pela qual, não há lógica em responsabilizar os moradores destes locais pela sua manutenção já que os mesmos são obrigados a pagar a CIP para esta finalidade.

Dessa forma, a norma em questão (inciso VI do artigo 6°) merece ser suprimido do texto original do Projeto de Lei Complementar em análise.

Mococa, 03 de abril de 2018.

José Roberto Pereira

Vereador

APROVADA

Em / Discussão por 15F

Sessão 3104 120

Elisangela M. Maziero Breganoli
Presidente



Fls. n° 03 Proc. 18912018

Câmara Municipal de Mococa

PROCESSO Nº 189/2018, APENSADO AO PROCESSO 078/2018

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2018

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO DISCUSSÃO ÚNICA

DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO

Emenda Protocolada na Secretaria em 10 de abril de 2018, sob o número 0583. Em decorrência da Emenda ser uma propositura acessória ao Projeto original, o Relator designado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação permanece o mesmo, Vereador Sr. Eduardo Ribeiro Barison. Encaminho esta propositura acessória para o Setor Jurídico para Parecer Jurídico para análise de constitucionalidade, legalidade e quanto ao aspecto regimental desta Casa de Leis.

Câmara Municipal de Mococa, 13 de abril de 2018

Analista Legislativo

Procurador Jurídico

PANECOR EM ANEXO.

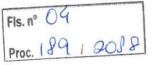
ENCAMINHAR DO RELATOR

PANA APRICOPORT.

18/4/2018

Donato César A. Teixeira Procurador Jurídico OAB/SP 238.618





Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

PARECER JURÍDICO Nº 10/2018

REFERÊNCIAS:	Projeto de lei complementar. Dispõe sobre a regularização de loteamentos fechados com acesso controlado no Município. Emenda parlamentar. Possibilidade. Considerações.
INTERESSADOS:	Vereador José Roberto Pereira (autor da emenda supressiva) Prefeito (autor do PLC 02/2018)

Trata-se de emenda supressiva formulada pelo Edil supracitado que objetiva seja retirado do texto do projeto o inciso VI do seu artigo 6°, que possui a seguinte redação:

VI – manutenção e conservação da rede de iluminação pública que seja da responsabilidade da Prefeitura de Mococa.

Aduz o Vereador que, com a aprovação da Lei Complementar nº 499, de 15 de dezembro de 2017, que instituiu a Contribuição de Iluminação Pública no Município de Mococa, a manutenção da rede e dos serviços de iluminação pública é atribuição da Administração local e não da associação de moradores.

Instado a manifestar-se, este Procurador Jurídico o faz na forma que segue:

Embora tenha exarado parecer anterior opinando pela legalidade do projeto, assiste razão ao nobre Vereador, uma vez que o dispositivo que visa ser extirpado parece dar margem a uma suposta transferência de responsabilidade da Prefeitura para a associação de moradores.

Acredito que não era essa a intenção do autor do projeto. Provavelmente, o que ele quis dizer era que a associação de moradores deveria zelar pelo bom uso da rede de iluminação pública, evitando que a mesma seja depredada...

Nesse sentido, vale citar o que diz o Manual de Redação da Presidência da República no que tange à clareza e determinação das normas. Vejamos:





Fls. n° 04 V Proc. 18912018

Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

10.3.1. Clareza e Determinação das Normas

O princípio da segurança jurídica, elemento fundamental do Estado de Direito, exige que as normas sejam pautadas pela precisão e clareza, permitindo que o destinatário das disposições possa identificar a nova situação jurídica e as consequências que dela decorrem. Devem ser evitadas, assim, as formulações obscuras, imprecisas, confusas ou contraditórias.

De fato, o inciso VI do artigo 6º do projeto pode sim induzir o cidadão a erro, fazendo-o pensar, por exemplo, que a Prefeitura estaria eximida de trocar lâmpado queimadas dos loteamentos de acesso controlado. E não é o caso.

Ademais, não há prejuízo na supressão do referido inciso, uma vez que já há norma específica regulamentando a questão da iluminação pública, devendo prevalecer o princípio da necessidade legislativa.

Assim, considerando que a emenda guarda pertinência lógica e temática com o projeto, não gerando despesas e obrigações ao Poder Executivo, OPINO FAVORAVELMENTE POR SUA APROVAÇÃO.

S.M.J, é o parecer.

Mococa, 18 de abril de 2018.

Donato César A. Teixeira Procurador Jurídico OAB/SP 238.618

Câmara Municipal de Mococa PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

REFERÊNCIA :- Emenda Supressiva ao Projeto de Lei

Complementar nº 002/2018.

INTERESSADOS :- Vereador José Roberto Pereira (autor da emenda) e

Prefeito Wanderley Fernandes Martins Júnior (autor

do PLC nº 002/2018)

ASSUNTO : Suprimir o inciso VI do artigo 6º do Projeto de Lei

Complementar nº 002/2018.

RELATOR :- Eduardo Ribeiro Barison

Como relator da presente matéria, após estudos, chego a conclusão que a propositura tem plena procedência quanto ao aspecto Constitucional, Legal e Regimental, e estando meritoriamente embasada, resolvo acolhê-la da forma como está redigida, exarando parecer FAVORÁVEL, à sua aprovação.

Sala das Comissões Permanentes José Luiz Cominato, ____ de abril de 2018.

Relator

FAVORÁVEL (acompanha o relator)	DESFAVORÁVEL (oferece voto em separado)		



Câmara Municipal de Mococa PODER LEGISLATIVO

Fls. n° 05 Proc. 189 12014

VOTAÇÃO NOMINAL

SESSÃO	: 12ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º. PERÍODO.				
DATA	: 23 DE ABRIL DE 2018.				
HORÁRIO	: 20 HORAS.				
QUORUM : MAIORIA ABSOLUTA					
MATÉRIA	: EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI				
	COMPLEMENTAR Nº 002/2018				
TURNO	: ÚNICA DISCUSSÃO				
PROCESSO	: 189/2018				

		VOTOS			
	VEREADORES	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE	
1-	AGIMAR ALVES				
2-	ALOYSIO TALIBERTI FILHO				
3-	APARECIDO DONIZETI TEIXEIRA	//			
4-	BRASILINO ANTONIO DE MORAES		ŕ		
5-	CARLOS HENRIQUE LOPES FAUSTINO				
6-	DANIEL GIROTTO				
7-	EDIMILSON MANOEL	.//			
8-	EDUARDO RIBEIRO BARISON	//			
9-	ELIAS DE SISTO	/_			
10-	ELISÂNGELA M. MAZIERO BREGANOLI	//			
11-	FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO		_		
12-	JOSÉ ROBERTO PEREIRA				
13-	JOSIMAR ALVES VIEIRA	//			
14-	LUIZ BRAZ MARIANO	//	-		
15-	VALDIRENE DONIZETI DA SILVA MIRANDA				
	TOTAL:::::				

RES	UL.	TA	(D	0

Votos Favoráveis Votos Contrários Ausentes Total

15

